

ÍNDICE

Trabalhos do Autor	9
Siglas e Abreviaturas	13
Nota à Segunda Edição	15
Capítulo 1. A Evolução Histórica do Estado Fiscal Português	17
1.1. O advento do Estado Fiscal	18
1.2. A fiscalidade do Antigo Regime	22
1.3. A fiscalidade do regime liberal	30
1.4. A fiscalidade do breve século XX	40
1.5. A caminho da fiscalidade do século XXI	53
Capítulo 2. O Direito Fiscal como Ciência	59
2.1. Economia política, ciéncia financeira e direito fiscal	59
2.1.1. Da economia política às finanças públicas	59
2.1.2. A emancipação científica do direito fiscal	62
2.1.3. O objecto de estudo do direito fiscal	65
2.2. O direito fiscal como tecnologia e como dogmática	67
2.2.1. A divisão implícita de tarefas	67
2.2.2. A tecnologia pautal	69
2.2.3. A técnica da relação jurídica	71
2.2.4. A ciéncia como garante dos princípios	74
2.3. A articulação com outros ramos e saberes do direito	76
2.3.1. O direito da segurança social	78
2.3.2. O direito penal	81
2.3.3. O direito do ambiente	85
2.3.4. O direito da contabilidade	91

Capítulo 3. O Direito Fiscal como Sistema	97
3.1. A fiscalidade do sistema GATT/OMC	97
3.1.1. O princípio da nação mais favorecida e a tributação aduaneira	99
3.1.2. O princípio do tratamento nacional e os impostos internos	104
3.1.3. O regime das subvenções públicas e os benefícios fiscais	110
3.2. O direito fiscal internacional	114
3.2.1. Os princípios da residência e da fonte	114
3.2.2. Os acordos de dupla tributação	117
3.2.3. Evasão fiscal: BEPS & MLI	121
3.2.4. Troca de informações: ATI, FATCA & CRS	127
3.3. O direito fiscal europeu	132
3.3.1. As bases normativas da harmonização fiscal europeia	135
3.3.2. A harmonização positiva da tributação indirecta	140
3.3.3. A harmonização positiva da tributação directa	143
3.3.4. Auxílios de estado, benefícios fiscais e <i>tax rulings</i>	147
3.4. O direito fiscal nacional	152
3.4.1. A Constituição Fiscal	152
3.4.2. A produção da legislação ordinária	157
3.4.3. Os regulamentos administrativos e o direito circular	159
3.4.4. A jurisprudência: tribunais judiciais e arbitragem	164
3.5. A tributação regional	167
3.5.1. O fundamento constitucional da tributação regional	167
3.5.2. As receitas tributárias da titularidade das regiões	170
3.5.3. Os sistemas tributários dos Açores e da Madeira	174
3.5.4. O <i>offshore</i> da Madeira	180
3.6. A tributação local	184
3.6.1. O fundamento constitucional da tributação local	184
3.6.2. As receitas tributárias da titularidade das autarquias	187
3.6.3. Os poderes tributários das autarquias	192
3.6.4. O regime das taxas locais	197
3.6.5. Autonomia local, legalidade e igualdade	200
Capítulo 4. As Categorias Tributárias Fundamentais	205
4.1. A noção de imposto	208
4.2. Classificações dos impostos	216
4.2.1. Impostos directos e indirectos	216
4.2.2. Impostos pessoais e reais	220
4.2.3. Impostos progressivos, regressivos e proporcionais	223

4.1.4. Impostos específicos <i>e ad valorem</i>	227
4.2.5. Impostos periódicos e de obrigação única	229
4.3. As taxas	233
4.3.1. A noção de taxa	233
4.3.2. A fronteira entre a taxa e os preços	237
4.3.3. A fronteira entre a taxa e o imposto	241
4.3.4. A irrelevância conceitual das taxas de licença	249
4.3.5. Acórdão TC nº 316/2014: taxas sobre postos de combustíveis	252
4.4. As contribuições	255
4.4.1. A noção moderna de contribuição	255
4.4.2. As contribuições para a segurança social	259
4.4.3. Os impostos especiais de consumo e os tributos ambientais	262
4.4.4. As taxas de regulação económica e os tributos associativos	265
4.4.5. As contribuições especiais por obras públicas	270
4.4.6. Acórdão TC nº 80/2014: penalizações por emissões de CO ₂	274
4.5. Alcance da tipologia dos tributos públicos	277
4.5.1. Dicotomia dos tributos públicos	277
4.5.2. Tripartição dos tributos públicos	280
4.5.3. Relevo da tripartição	282
4.5.4. Acórdão TC nº 539/2015: taxa de segurança alimentar	284
Capítulo 5. Os Princípios do Direito Fiscal	289
5.1. O princípio da igualdade tributária e o seu controlo	289
5.2. O princípio da capacidade contributiva	294
5.2.1. Sentido essencial e âmbito de aplicação	294
5.2.2. Corolários na estruturação dos impostos	297
5.2.3. Acórdão TC nº 590/2015: imposto do selo sobre imóveis de elevado valor	304
5.3. O princípio da equivalência	307
5.3.1. Sentido essencial e âmbito de aplicação	307
5.3.2. Corolários na estruturação dos tributos comutativos	309
5.4. O princípio do Estado Social	318
5.4.1. Estado social, fiscalidade e mínimo de existência	320
5.4.2. Estado social, progressividade e proibição do confisco	323
5.5. O princípio da legalidade tributária	326
5.5.1. Justificação e sentido actual	326
5.5.2. O âmbito da reserva de lei	329
5.5.3. A extensão da reserva de lei	332

5.5.4. A intensidade da reserva de lei: tipicidade e determinação	337
5.6. O princípio da segurança jurídica	340
5.6.1. A retroactividade da lei fiscal	341
5.6.2. A retrospectividade da lei fiscal	349
5.6.3. Acórdão TC nº399/2010: retroactividade e IRS	353
5.7. O princípio da coerência sistemática	357
 Capítulo 6. A Interpretação da Lei Fiscal	 361
6.1. A doutrina da interpretação	361
6.2. Os elementos de interpretação	363
6.3. As regras de interpretação da LGT	366
6.4. A interpretação conforme à Constituição e ao Direito Europeu	371
6.5. As normas anti-abuso	374
 Capítulo 7. A Relação Jurídica Tributária	 379
7.1. Os sujeitos	381
7.1.1. O sujeito activo	381
7.1.2. O sujeito passivo	385
7.1.3. Substituição tributária	388
7.1.3.1. Substituição com retenção	388
7.1.3.2. Substituição sem retenção	394
7.1.4. Repercussão tributária	399
7.1.5. Responsabilidade tributária	403
7.1.5.1. A responsabilidade dos gestores de empresas	405
7.1.5.2. Outros casos de responsabilidade	411
7.2. O objecto	413
7.2.1. Obrigação principal e obrigações acessórias	413
7.2.2. Juros compensatórios, indemnizatórios e de mora	417
7.3. O facto	420
7.3.1. Constituição e alteração	420
7.3.2. Transmissão	421
7.3.3. Extinção	422
7.3.3.1. Pagamento, dação e compensação	422
7.3.3.2. Caducidade e prescrição	426
7.4. A garantia	429
Jurisprudência Citada	431
Bibliografia	435